

A História em tempos de pós-modernidade. Alguns comentários

Maria Manuela Sousa e Silva

Abstract

This article claims, under the form of some coments, to explore the ambiguities and the ambivalences, as well the challenges, that historians have to face in order to rethink the place and true role of History in our postmodern society. In fact, just after the 70s, we live under the sign of relativism or, as Sennett has pointed some years ago, under "the tyranny of the self" which affects the traditional faith in the reason and in the Enlightenment norms that, since Modern times, had governed social life. Can historians, in this disturbed times, resist the growing sceptical wave that seems to jeopardize the historical craft? Or is our knowledge definitely condemned to be a rhetorical one, just an historical imagination ?

Desde meados dos anos sessenta, nossa cultura vem sendo marcada por profundas alterações que se operam em vários registros. Por toda a parte dizem-nos que vivemos a crise do paradigma que havia configurado a modernidade. Novas estratégias analíticas passam a investir numa interpretação historicista do saber (em 1962 T. Kuhn publica "Estrutura das Revoluções Científicas) que corroem as bases das antigas certezas ao mesmo tempo que põem em dúvida a conexão entre objeto e sua interpretação.

Decreta-se o fim da história e com ele a morte das ideologias, frases que denotam um considerável deslocamento de perspectiva desde a abordagem histórica para a analítica, do processo para a estrutura, da economia para a cultura, modalizando uma nova sociedade em que os conflitos passam a ser gerenciados no interior de um presente consensual.

Desde então, apontam-nos insistentemente para o nascimento de um novo momento histórico, a pós-modernidade, lugar ainda controverso, mas que se insinua de forma insofismável nas transformações aceleradas que invadem nosso cotidiano.

Instala-se no pensamento em geral, mas principalmente nas ciências sociais e humanas, uma ruptura com a tradição filosófica oriunda de Kant, do racionalismo cartesiano e da ideologia emancipadora das Luzes. Lentamente e não sem vacilações, este inconfortável vazio passa a ser preenchido pela primazia das vontades e do subjetivismo (as tiranias das intimidades no dizer de Sennett), via recuperação das idéias de Nietzsche que minam os fundamentos da razão ocidental, pavimentando o caminho de um novo criticismo articulado a partir de uma posição voluntarista, subjetivista e relativizadora.

A crise se agrava. A partir dos anos 80, assistimos a um crescente descontentamento e descrença em relação à universalidade do pensamento racional, entendido enquanto a mais elevada forma de atividade humana, dependendo exclusivamente dela a elaboração de um critério de verdade, capaz de estabelecer uma nítida fronteira demarcadora entre fato e valor, como haviam aspirado certos modelos de compreensão da realidade, dentre os quais se destacam o positivismo e o empiricismo.

Vive-se, assim, um momento de perda de confiança numa filosofia racionalista/ iluminista/ otimista, amplamente aceita pelas anteriores gerações e que havia dado conta da universalidade do gênero humano e, conseqüentemente, de um destino comum da raça humana.

Sem entrar propriamente no mérito da questão (isto é, se a pós-modernidade corresponde, de fato, a uma nova fase de nossa cultura ou se antes constitui tão somente uma etapa do processo inacabado da modernidade), necessário se faz reconhecer que experimentamos, sem sombra de dúvida, uma nova percepção do mundo social e dos homens, inscrita agora numa nova matriz de tempo e espaço.

Como bem observa David Harvey (HARVEY, D.: 1989), existe uma simultaneidade entre as dimensões mutantes de tempo e espaço e as atuais formas culturais pós-modernas que abrem um novo campo para a expansão de formas mais atuais e mais flexíveis de acumulação de capital, correspondentes, de fato, a um novo ciclo de "compressão tempo-espaço" na organização do sistema capitalista.

Ora, destas significativas transformações emergem desdobramentos que vão ter profundas conseqüências na organização e produção do saber. De fato, os grandes sistemas explicativos, as "grandes narrativas" como há já alguns anos afirmara Lyotard, começam a ruir. Modelos de explicação da realidade e de atuação sobre ela, tais como o marxismo e o estruturalismo, começam a dar sinais inequívocos de exaustão.

Decorrente deste ceticismo generalizado, a consciência e os argumentos racionais começam a não ser mais vistos como *topoi* privilegia-

dos, mas tão somente como um campo particular que tangencia outros tão importantes quanto, a saber: as expressões simbólicas, os impulsos e ansiedades psicológicas, as intenções sociais e as expectativas individuais.

Conseqüentemente surgem no horizonte do conhecimento outras categorias, como por exemplo a de “experiência”, a de “significado”, percebendo-se agora que toda e qualquer interpretação criativa da experiência molda a própria experiência, sendo o significado entendido simultaneamente como a condição e produto da própria experiência humana que encontra sua expressão na e pela fala.

Claro que um tal redirecionamento de perspectiva só foi possível graças às novas pesquisas no campo da linguagem, principalmente a partir dos grandes debates oriundos da “Virada Lingüística”, que passam a entendê-la como algo opaco e não mais um instrumento transparente, capaz de estabelecer uma relação cognitiva adequada e fiel entre, por um lado, a realidade/fatos/fenômenos e, por outro, as representações elaboradas sobre eles, aspecto que provoca profundas alterações no campo da episteme.

De fato, a Lingüística e a Semiótica haviam conhecido uma rápida expansão. A primeira, com a introdução de novos métodos, como a análise do discurso, instala uma luta sem tréguas contra os artificios da escrita realista, denunciando o fetichismo do texto, entendido como uma mera reprodução de uma “realidade” exterior a ele. Já a segunda, vai insistir no estudo dos sistemas verbais ou não verbais agora entendidos como linguagens em que os signos se articulam numa sintaxe de diferenças.

Paralelamente os estudos hermenêuticos, desenvolvidos a partir da Escola de Göttingen, a que tanto deve a antropologia simbólica de Geertz, debruçam-se igualmente sobre a análise de produção de sentido, enfatizando tanto a interpretação dos códigos culturais inscritos nas diversas sociedades quanto sua recepção. Entre os adeptos desta abordagem há um claro interesse pela linguagem que, contudo, passa antes a ser considerada muito mais como um meio de comunicação do que propriamente como um “deslocamento”, como o entendiam os desconstrutivistas ou os nietzschenianos franceses.

No campo da análise social refuta-se o predomínio das estruturas sobre os homens, na tentativa de fazer emergir a subjetividade, as intenções e motivos que presidem às ações, estas sempre portadoras de sentido/sentidos construídos pelos agentes sociais. Por outro lado, os cientistas sociais passam a questionar tanto a existência de hierarquias sociais estáticas quanto as leis genéricas de desenvolvimento que pareciam, até

então, ter submetido as sociedades a determinadas fases/evoluções inexoráveis.

Decorrente desta reorientação, um novo território — o cotidiano — passa a ser sistematicamente explorado pelo historiador. O interesse por este inesgotável filão, se por um lado é fruto de uma crescente especialização do conhecimento histórico, capaz de propiciar um novo e profícuo diálogo transdisciplinar entre os diversos saberes humanos e sociais constituídos, ele é, por outro, resultado da pressão político-ideológica desencadeada pelo crescente império da diferença que se instala na cultura ocidental.

Efetivamente, o historiador precisa agora de encontrar instrumentos capazes de absorver e administrar os murmúrios irracionais das massas, os ruídos inquietantes das pluralidades culturais, através da "leitura/interpretação" das experiências vivenciadas, das mentalidades, dos sentidos dados às práticas culturais, rejeitando, à partida, generalizações enganosas bem como quaisquer veleidades de construir uma síntese unificadora.

No que se refere ao campo de análise dos fenômenos políticos, assiste-se a uma sensível mutação naquilo que vinha a ser comumente entendido por poder, passando a questão a ser olhada a partir de outro prisma. De fato, até então, o cientista social percebia o poder exclusivamente alocado no Estado, lugar legítimo de seu exercício. Porém, a partir das reflexões de Foucault, não só instala-se uma nova concepção de poder, entendido agora enquanto micro-poderes que perpassam por todo o tecido social e que exercem relações de dominação, nem sempre reconhecidas por aqueles que as sofrem, como também insiste-se que toda e qualquer produção discursiva (e aqui se incluem os próprios saberes constituídos), está inexoravelmente atravessada por relações de poder.

Em consonância com este novo olhar, os cientistas sociais passam agora a dedicar uma particular atenção aos comportamentos desviantes, refratários às estratégias de normatização e disciplinarização postas em ação pelo poder, enfatizando as resistências e as táticas inscritas nas práticas sociais cotidianas.

Por sua vez os conhecimentos ligados ao campo da Teoria Literária e da Crítica Literária conquistam um novo espaço nos saberes das Humanidades, desafiando a tradicional clivagem entre fato/ficção, texto/contexto, ao mesmo tempo que desencadeiam uma discussão, nem sempre verdadeiramente produtiva, sobre a narrativa e os usos que dela fazem os historiadores.

Posturas mais radicais chegam mesmo a postular que a realidade e a razão, agora historicizadas e inscritas em peculiares contextos culturais,

são simples atos de linguagem, universos de signos sem sujeitos ou significações que a transcendam, porque construídos a partir de uma radical subjetividade, sem referente externo que possa servir como validador de uma “verdade”, aspecto que vai ter profundas conseqüências para a escrita da história, particularmente no que tange à problemática relação entre texto/contexto.

Os adeptos deste novo credo relativista pós-estruturalista são unânimes em afirmar que o “status” do saber histórico não pode estar fundado no critério de verdade, embora reconheça-se que esta possa estar presente, alhures, em outro lugar de produção de saber — o das ciências factuais e falsificáveis da natureza.

Por outro lado, insistem que a História, enquanto conhecimento humano, não pode almejar uma exata e total correspondência entre o que ela pode afirmar sobre o passado e o próprio passado “tal como ele se deu”, mas tão simplesmente marcar um encontro com as várias historicizações construídas acerca de *marcas/vestigios* (presentes-ausentes), delegadas por aquele.

Escusado será dizer que esta posição encontra seus fundamentos na percepção de uma clivagem entre por um lado, o passado e, por outro, a História, esta última uma tradução, uma construção de representações historiográficas e não uma *História* que exista, por definição, com um referente dado — os acontecimentos concretos, reais, que se desenrolaram no passado.

O que existe, efetivamente, são relatos mais ou menos plausíveis, verossímeis, historicizados, a partir dos quais se constrói o discurso/discursos sobre a História, matéria-prima fundante dos vários projetos historiográficos.

Desta forma, o passado enquanto um dado objetivo, plasma onde se banham os acontecimentos na celebre frase de M. Bloch, é antes uma presença-ausência a que tão somente temos acesso pelos vestígios, marcas, restos, estes sim os únicos “*objetos reais*” remanescentes de um passado, inexoravelmente morto.

Se não parece hoje haver mais dúvida quanto ao fato que o historiador sempre lida com vestígios que resistiram ao desgaste inexorável do tempo, tal reconhecimento não equivale a afirmar, como fazem certas abordagens pós-estruturalistas, que o exercício intelectual do historiador possa ser reduzido a uma mera habilidade discursiva, a uma simples operação retórica em que o texto surja como uma instância autônoma, sem referente exterior, como parece apontar o crítico literário Tony Bennett quando afirma que “O passado (...) é sempre apreendido e apropriado textualmente atra-

vés de camadas sedimentárias de interpretações prévias e através de hábitos de leitura e de categorias desenvolvidas por práticas metodológicas anteriores e correntes” (BENNETT, T.: 1991, p. 50).

Considerando que os vestígios são os únicos remanescentes de um passado morto, os adeptos desta abordagem criticista (basicamente constituída por intelectuais egressos dos Estudos Culturais), concluem que os mesmos não podem funcionar para o historiador como um referente, ou seja um objeto exterior, desvincilhado de toda e qualquer realidade discursiva, atuando como uma enteléquia estranha e autônoma em relação à própria dinâmica e organização do discurso. Assim sendo, a interpretação do passado construída pelo historiador passa a ser muito mais “*inventada*” do que propriamente “*encontrada*”, a partir de rigorosos protocolos epistêmicos.

Sem sombra de dúvida, é este o ponto de vista defendido por alguns historiadores da cultura, dentre os quais se destacam S. Bann, F. R. Ankersmit e H. White, este último o principal responsável pela crise que se instala entre os historiadores a partir do impacto causado em 1978 com a publicação de *Tropics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*, obra na qual alertava os historiadores para o grande desafio que teriam de enfrentar, uma vez que a *imaginação histórica* parecia agora constituir uma barreira a qualquer tentativa, por parte da sociedade, de encontrar sentido ou obter respostas para os ingentes problemas que então atormentavam.

Para H. White a grande questão que se punha à História era ser, de fato, capaz de aceitar o desafio de se constituir enquanto um conhecimento voltado para a contemporaneidade, condição essencial de toda a experiência humana, despertando-a do velho pesadelo ocidental denunciado pelo personagem Stephen Dedalus do romance de Joyce.

Por outro lado, White investe na questão de que o trabalho do historiador consiste efetivamente na produção de um artefato verbal, de um discurso narrativo em prosa, cujo conteúdo se aproxima muito mais do que entendemos por ficção do que daquilo que a cultura ocidental tem assinalado como “real”, ou seja do domínio dos fenômenos físicos e naturais.

Esta posição é complementada e desenvolvida por F.R. Ankersmit (ANKERSMIT, F. R.: 1983) que ressalta o fato de que se a história formula suas asserções tendo por base necessariamente o trabalho prático desenvolvido junto às fontes, são precisamente estas que não só lhe vão servir como suporte ou garantia de toda e qualquer evidência, como também lhe fornecem os argumentos para decidir acerca da verdade ou falsidade das afirmações enunciadas.

Além disso, quando o historiador apresenta os resultados de sua análise empírica sobre as fontes documentais, ele o faz não como um cientista, submetido a protocolos reconhecidos de forma consensual pelos pares, mas antes como um pintor que pinta um quadro ou um músico que compõe uma sinfonia. O historiador limita-se a criar uma “certa” imagem do passado, um “ícon” que traz a marca indelével de sua fabricação e que, portanto, é um produto de uma construção mental.

Pondera ainda que os discursos que o historiador enuncia sobre os “*fatos*”, ou seja aqueles que ele elabora ao nível individual das fontes por ele trabalhadas, podem, certamente, ser contestados, confrontados, enfim checados com suas respectivas asserções. É neste sentido, e só neste, que os “*fatos*” podem ser considerados “verdadeiros” ou “falsos”, já que quando ele enuncia um conjunto de asserções que constróem ao nível coletivo uma dada imagem do passado, o problema não pode mais ser colocado em função de uma produção de verdade ou de falsidade, uma vez que inexistente, a nível epistemológico, qualquer possibilidade de teste ou de falsificação.

A partir destas premissas Ankersmit conclui que o historiador está votado ao fracasso se imagina poder construir uma representação literal do passado. A História, enquanto discurso sobre o passado, não pode ser um saber que partilhe de uma episteme, dada sua condição de alegoria, de construção figurativa, cujo caráter de verdade corresponde tão somente aos meios tradicionalmente aceitos como miméticos ou empíricos. Portanto, a plausibilidade ou verossimilhança do discurso construído pelo historiador passa a depender única e exclusivamente de sua peculiar habilidade em compor, em representar, em montar uma estrutura de enredo adequada ao conjunto de eventos que quer compreender.

Neste sentido, aferir da plausibilidade de suas asserções constitui para o historiador verdadeiro desafio, na medida em que depende de uma articulação significativa entre, por um lado, os resultados de sua pesquisa sobre as fontes e os eventos e, por outro, os códigos culturais que permeiam e dão sentido a uma dada formação social, na qual os referidos acontecimentos se encontram enraizados. Desta forma, a História revelando-se um conjunto de idéias e de interpretações sobre remanescentes legados pelo passado, procura transformá-los em narrativas imaginadas, estabelecendo uma unidade significativa para aquilo que é por natureza esparso, fragmentado e disperso.

A partir destas considerações, não é de estranhar que o empreendimento historiográfico seja reduzido pelo autor a um simples estoque de teorias que os historiadores guardam, colecionam e acumulam, servindo

para referendar determinados modelos de abordagem, a partir dos quais o passado pode ser construído, passado esse que não carrega consigo qualquer sentido inteligível, que não guarda qualquer significado discernível a partir do qual se possa efetuar uma escolha ou simplesmente decidir. E isto porque para o autor todos os discursos sobre o passado são ideológicos, todas as “*histórias*” persuasivas, remetendo constantemente para escolhas pessoais.

As posições postuladas pelos autores que acabamos de assinalar investem no pressuposto que a disciplina História, entendida enquanto um saber humano, não lida com um objeto material/externo, empiricamente dado, devendo este ser construído a partir do interior, seja como um objeto puramente mental, seja como artefato linguístico.

E é exatamente devido a esta ausência/carência de um objeto material que a História não pode estabelecer uma relação sensorial direta com seu objeto, ou seja com uma dada realidade, aspecto que a impossibilita de afirmar qualquer asserção empiricamente fundada. Conseqüentemente, o conhecimento que a História constrói não é efetivamente um conhecimento do real, mas tão somente uma construção inventada, imaginada, mítica, enfim uma mera presença de uma realidade totalmente ausente. Daí que o saber histórico jamais possa almejar vir a constituir-se como uma ciência, permanecendo uma arte, uma subsidiária da literatura ou quando muito uma forma de ideologia.

Por detrás da máscara deste radicalismo relativizador, aparentemente inovador, posto que se anuncia como a última palavra pós-moderna acerca das Humanidades, antes parece esconder-se um rosto por demais conhecido, familiar, pelo menos desde o início de nosso século, e que se identifica a uma concepção idealista da realidade, cujos maiores avatares foram Dilthey e Collingwood.

Contudo, é necessário reconhecer que entre os historiadores de profissão, independentemente das tradições historiográficas que partilhavam, as posturas defendidas por H. White e por autores que de uma ou de outra maneira se identificam com o itinerário intelectual do “grupo” que se convencionou denominar de New Historicism, só vieram acentuar o já profundo mal-estar, inaugurado alguns anos antes, precisamente em 1968, por R. Barthes ao lançar um de seus textos mais polêmico *O Discurso da História*.

Mas será fundamentalmente a partir dos anos oitenta que se desencadeia uma série de reações a esta postura, expressas numa prolixa produção de artigos em revistas especializadas ou em comunicações, workshops e debates realizados em Simpósios e Seminários.

De certa forma tendemos a concordar com L. Stone, que em artigo aparecido em 1991 na revista *Past and Present*, afirma encontrar-se a história naquele momento sob um forte fogo cruzado, cuja artilharia era municida pelo estruturalismo e pós-estruturalismo lingüístico, a antropologia simbólica de Geertz e o New Historicism.

De fato, desde então não parecia haver dúvidas que o terreno tradicional onde se exercera, por longos anos, a prática do historiador começava a ser seriamente minado. Como acabamos de ver, visões criticistas, oriundas dos novos saberes agregados em torno das Humanidades, reclamam não só do descaso da História em relação ao problema fundamental que é a contemporaneidade mas também da pouca percepção dos historiadores em relação à construção da narrativa que lhes serve de suporte/veículo a suas asserções.

Se as críticas endereçadas aos historiadores acerca da problemática da narrativa parecem proceder, o mesmo não pode afirmar-se em relação à questão da contemporaneidade, dado que ela não é, de maneira nenhuma, uma preocupação tão nova assim entre os historiadores e filósofos da história, como seus defensores de última hora parecem nos querer convencer.

Talvez valha a pena avivar nossa memória de historiadores para o fato de que era esta a proposta já defendida no início do século por Croce, quando estabelecia a separação entre a história acadêmica, de inspiração científica (história crônica/desinteressada), em relação à qual nutria verdadeiro desprezo e a história contemporânea, engajada, interessada, esta sim a verdadeira, a única história possível.

Já no que se refere propriamente à construção da narrativa, as ponderações dos novos críticos (a meu ver procedentes), alertam-nos para o fato de que toda a escrita da história projeta valores do presente, não existindo qualquer possibilidade por parte dos historiadores de assegurar uma comum pertença desses valores entre os diferentes membros da sociedade na qual estão inseridos, por questões de raça, classe, gênero, preferência sexual ou peculiares tradições culturais.

Insistem ainda em questionar o entendimento que os historiadores geralmente têm revelado em relação à compreensão da dinâmica entre texto/contexto, visto quase sempre este último como uma "realidade" histórica, exterior ao texto, lugar concreto onde se encontram radicados os fatos. Chamam igualmente a atenção do historiador para o fato de que os contextos sociais são sempre impostos pelo intérprete e não existem independentemente deste, como algo que se imponha de "per se", na medida em que nada mais são do que outros textos. E aqui, sem dúvida, parece

residir um aspecto verdadeiramente preocupante que embate de frente com o tradicional ofício do historiador, mas que a nosso ver revela-se, no mínimo, questionável, na medida em que seus argumentos estão viciados.

De fato, se não há como hoje negar as complexas relações que se estabeleceram historicamente entre narrativa histórica (fatos = verdade) e narrativa ficcional (ilusão = mito), como apontam as instigantes pesquisas de A. Momigliano, D. Lowenthal e S. Bann, daqui não se pode necessariamente inferir a diluição de uma na outra, sequer anular-se a existência de qualquer referente exterior.

Ao apostarem na autonomia total do texto literário em relação ao passado, seus adeptos devem-nos, no mínimo, algumas explicações. Por que os historiadores, na sua prática do fazer história, tiveram muitas vezes de rejeitar determinados textos acerca de acontecimentos passados, por considerá-los falaciosos, inadequados ou simplesmente imprestáveis para sua pesquisa? Por outro lado, se todas as coisas que podem ser ditas acerca do passado nada mais são do que textos e, portanto, constituídos por linguagens míticas, como então distinguir na prática social, os interesses de uma dada classe ou comunidade oprimida daqueles outros postulados por grupos dominantes?. Como identificar e reconhecer uma ideologia de outra? Ou ainda como o historiador poderá ajuizar de uma prática política opressora de uma outra democrática, se afinal tudo, em última análise, se reduz simplesmente a discursos virtuais?

Mas se levarmos em consideração outras questões referentes a aspectos propriamente epistêmicos, poder-se-ia ainda objetar que o conhecimento histórico pelo fato de não nos conduzir a certezas que se apoiem em fenômenos empíricos e, portanto, ser incapaz de produzir verdades consensuais (fato já sobejamente reconhecido pelos historiadores), nem por isso equivale a postular um nihilismo epistemológico. Antes têm vindo a considerar a possibilidade de suas análises serem submetidas ao princípio da falibilidade (como proposta por Popper) ou analisados à luz da teoria contextualista (posição defendida por Wittgenstein), que necessariamente pressupõe que todo o conhecimento é relativo a contextos epistêmicos específicos.

Como C. Lloyd (LLOYD, C.: 1993) muito bem observava, as posturas pós-modernas ou pós-estruturalistas, no fundo, parecem propor a idéia geral de que o papel da crítica metodológica se esgota no trabalho de articulação dos mecanismos pragmáticos, lingüísticos e retóricos de persuasão com os contextos sociológicos, psicológicos e políticos dos discursos. E prossegue: independentemente dos vários idiomas que se falam no interior desse movimento, aliás bastante eclético, há entre eles um tra-

co em comum. Consiste este na recusa em estabelecer meta-regras de avaliação da pertinência de afirmações teóricas e factuais, uma vez que postulam que o conhecimento ao qual se pode aspirar nas ciências sociais é essencialmente persuasivo, argumentativo, posto que permite intervenções científicas a partir de motivos nem um pouco científicos.

Assim, a proliferação de posturas relativizantes (algumas nihilistas), cada vez mais sofisticadas que campeiam no interior dos muros de renomadas universidades, principalmente norte-americanas, passam a exercer um forte fascínio que muito em breve se traduz num domínio de fato sobre a discursividade das ciências sociais e humanas. E a História que havia até então tentado atingir um status científico, através da incorporação em seus específicos campos quer de conceitos operatórios quer de metodologias quantitativistas (Demografia Histórica, História Econômica e até a aplicação de métodos estatísticos ao 3º nível/mentalidades), é agora invadida por posturas céticas, relativizantes (ainda que de diferentes matizes), que minam as antigas certezas, ao enfocarem, como vimos, não só a questão da linguagem mas sobretudo ao sustentarem que todas as investigações são subjetivas, introduzindo, no mínimo, a questão da impossibilidade de se compreender o que quer que seja, exceto nós mesmos.

De uma maneira geral, por detrás deste turbilhão de idéias, postas a circular por diferentes movimentos intelectuais, podemos delinear duas posições bastante definidas, ainda que apontando para diferentes níveis de análise. Uma que desencadeia um ataque radical ao realismo espontâneo (como o fazem os desconstrutivistas norte-americanos), visto como uma ilusão da burguesia que deveria ser posta a nu e “desconstruída” através de um verdadeiro ato de transgressão a fim de desmontar os artifícios do natural/real, dado que na ordem social nada poderia ser considerado como natural; outra que expressa uma total perda de confiança quanto à legitimidade do próprio conhecimento histórico, baseado na pesquisa e na evidência a partir da análise dos fatos. Sem dúvida, esta última se alimenta, como já tivemos a oportunidade de assinalar no início deste artigo, de uma hostilidade entre os intelectuais (basicamente oriundos da esquerda), em relação aos procedimentos racionais de pensamento, expressos na visão cartesiana “clara e distinta” de mundo, uma vez que passam a percebê-lo como um conhecimento opressivo e castrador. Daí um renovado interesse pelos “desvios”, pelos silenciamentos, pelas resistências, pelas permanências, enfim, por todas as formas de expressão sistematicamente marginalizadas pela cultura ocidental moderna.

Contudo, esta postura, que em princípio havia nos idos 60 arrematado posições mais progressistas, ditas de esquerda, passa a engen-

drar em seus próprios domínios uma lenta adesão a um conservadorismo, a um certo passadismo que em breve corroi e contradiz o radicalismo donde partiu.

Creio, porém, que todas estas mutações no campo do saber só podem ser adequadamente compreendidas quando devidamente integradas na sociedade e na cultura do após-guerras. De fato, um pouco por toda a parte começam a irromper no tecido social minorias organizadas reivindicando um lugar na história, exigindo direitos tradicionalmente cassados ou simplesmente não reconhecidos pelo poder.

Formam-se grupos de pressão política e ideológica, que passam a questionar a antiga ordem social e política, bem como suas hierarquizações, procurando através de múltiplas táticas, nem sempre pacíficas, mas quase sempre barulhentas, impor o reconhecimento de seus direitos e, conseqüentemente, o respeito dos poderes constituídos à alteridade.

São as mulheres, os estudantes, os marginais, os pobres, as minorias étnicas, religiosas, de sexo, de idade que saem do anonimato e do esquecimento, que adquirem voz e põem em xeque a morte do sujeito decretado pelas filosofias estruturalistas. Passamos a viver a meio de um pluralismo crescente que vem acompanhado de um ceticismo generalizado acerca da possibilidade de defender-se um princípio moral, seja ele qual for. Sociedades cada vez mais interdependentes, unidas pela globalização dos mercados e pelas novas formas de comunicação de massa, expressando culturas, governos, tradições, religiões tão diversas, emergem a um mesmo tempo no marco universal, tentando impor suas vozes outrora silenciadas

Na seqüência destes movimentos reivindicatórios de massa, começam igualmente a surgir, oriundos de várias frentes, inclusive de intelectuais e acadêmicos, sucessivos ataques não só à clivagem instaurada na sociedade ocidental entre, por um lado, a cultura erudita/cultura das elites e por outro, a cultura popular/cultura de massa, como também uma crítica cerrada aos grandes sistemas de pensamento que configuravam aquela, aspecto que abala seriamente sua hegemonia, passando a ser vista tão somente como uma peculiar formação cultural a meio de outras formações igualmente merecedoras da atenção do cientista social e do filósofo.

Inspirando-me no título de dois extensos artigos escritos entre 1991 e 1992 por Raphael Samuel e que aparecem na revista *History Workshop*, talvez pudéssemos reduzir o atual desafio desencadeado por esta imensa proliferação de posturas (que, não nos esqueçamos, são também eminentemente políticas e ideológicas), oriundas dos mais diversos saberes, a uma única e abrangente questão — *ler os signos* — tarefa que se impõe de imediato ao historiador.

Mas se a operação *ler os signos* constitui uma expressão adequada para representar, creio que de uma maneira positiva, a crise por que passa o conhecimento histórico, não deve ocultar a origem que traz a marca de um duplo registro: um que decorre do total descrédito que se instala em relação aos princípios e valores que haviam norteado, desde o Iluminismo, o homem moderno, agora considerados como opressivos e castradores; o outro que, anulando uma postura crítica do passado e de suas relações com o presente, aposta numa sociedade sem conflitos, apelando para o consenso, para uma cultura comum, como ficou bem evidente na ideologia da “Nova Direita” dominante na Europa e nos Estados Unidos.

Não deixa de causar perplexidade o fato de que a despeito de todos estes sobressaltos por que passa Clio em tempos de pós-modernidade, ela conheça um momento de verdadeiro “boom”. Parece não restarem dúvidas de que se existe algum artefacto que seja tão cobiçado enquanto mercadoria, esse objeto outra coisa não é senão o passado, a todo o instante descartável, movediço, cioso de novidade. Mas, nós historiadores, não nos podemos deixar seduzir por este frágil e aparente sucesso, posto que o interesse pelo passado pode muito bem não ser ditado pela pertença, pela partilha em comum de memórias sociais, por tradições e projetos sociais que moldam a nossa compreensão do presente e dão sentido à construção do futuro.

Pode muito bem ser apenas uma simples nostalgia do passado que evoca o consumo de tudo aquilo que pode ser apropriado pelo mercado — museus em profusão, celebrações cívicas, comemorações até à exaustão de datas-acontecimentos fundadores, de heróis (ainda que anônimos), de monumentos (obeliscos, estátuas, lápides, Memoriais), etc. Neste particular tendo a concordar com as sábias palavras de C. Lasch quando diz que “(...) o forte apetite pelo passado revela muito menos um engajamento com a história do que uma nostalgia ou meio de celebração do presente” (LASCH, C.: 1978, p. 65-66).

De todas as questões que acabamos de abordar e que apontam para a dispersão, para a fragmentação e carregam uma profunda dose de ceticismo e até, porque não dizer, de cinismo, será ainda possível encontrar caminhos que nos conduzam a uma autêntica reconciliação com Clio e assim, instalar um novo diálogo, capaz de a reconduzir ao lugar que por longos séculos vinha ocupando nas sociedades humanas?

Creio que a resposta é afirmativa, se conseguirmos enxergar nesta crise algo que acredito ser extremamente positivo. Em primeiro lugar porque das discussões que hoje circulam em nossa sociedade podemos colher frutos para o nosso ofício, superando alguns mal-entendidos e limita-

ções, obrigando-nos a um constante diálogo transdisciplinar que, ao invés de ser visto como uma espécie de catástrofe ou de perda de identidade, seja antes entendido como um momento de crescimento, inegavelmente enriquecedor.

De fato, fomos obrigados a repensar certas posturas ingênuas, deslocando nosso olhar da “concretude” dos fatos para a análise das categorias nas quais e pelas quais aqueles são construídos. Voltamos nossa atenção para outras formas de linguagem que não exclusivamente a escrita, como os símbolos, os sentidos ocultos, os silêncios do texto, os não-ditos, os interditos, as imagens, a gestuália, o lúdico. Daí o surgimento de novos objetos de pesquisa como a festa, o carnaval, as diferentes formas de sociabilidade (os rituais sociais, os hábitos, os costumes), as afetividades (amor, amizade, parentesco), a dramaturgia dos mercados, a coreografia das revoltas (em 1978 realiza-se em Paris um colóquio internacional sobre o charivari), os códigos culturais, as cosmogonias, as cosmologias, as formas de propaganda, o lazer (jogos, celebrações, festejos, comemorações), o grotesco, o lúgubre, a heresia, as emoções (os medos, as paixões, os estados de pânico e de arrebatamento), além de um não acabar de temas que seria, no mínimo, insano esgotá-los.

Preocupamos-nos, hoje, em decifrar os gestos, por mais banais que eles pareçam, em captar o significado das expressões corporais, dos ritos de passagem, das táticas cotidianas (micro-história/etno-história). Aprendemos a lidar com as diferentes percepções do “eu”, com a identidade individual, efetuando um deslocamento desde as grandes narrativas para um saber pontual/local que tende a desfamiliarizar o já dado, o comum, o óbvio, a fim de prestar uma mais acurada atenção às instituições informais e aos códigos específicos de comportamento.

Fizemos circular nosso olhar desde as classes dominantes às classes subalternas, e destas àquelas (da “History from-below” à “top-down History”), agora apreendidas nas suas experiências criadoras de sentido, desvencilhadas de um discurso descarnado imposto pelas estruturas subjacentes das quais emanam reflexos, efeitos ou determinações.

Tendemos, então, a perceber a sociedade não exclusivamente através de suas estruturas, de suas clivagens, da ordem e composição sociais ou dos níveis de riqueza como havíamos experimentado no decorrer dos anos 50/60, para optarmos apreendê-la em suas múltiplas representações, onde as aparências se inscrevem num código duplo, com sentidos ocultos e deslocados (no sentido que lhe confere a Psicanálise), desdobrando-se em imagens opacas. O interesse dos historiadores passa a centrar-se preferencialmente nas categorias nas quais e pelas quais se filtra uma dada

“realidade social”, como esta é percebida e dada a ler por aqueles que nela vivem.

Estamos bem longe da prescrição delegada pela erudição rankeana de que o passado deveria ser mostrado “tal como ele se deu”. Em seu lugar surge a necessidade de se interrogar as práticas significantes distintivas de uma dada sociedade, procurando desta forma mapear a ordem simbólica na qual elas se inscrevem.

Ao visitarmos os imensos objetos agora abertos à nossa compreensão, foi-nos possível paralelamente exercitar e pôr à prova a prática da crítica em relação à percepção da realidade, não mais captada como um dado transparente que se dava a ler numa imediatez realística, mas antes como algo opaco que necessariamente exige uma descodificação.

Não temos no momento qualquer dúvida que os fenômenos sociais, localizados na dupla dimensão de espaço e tempo, são eles próprios constituídos sob a forma de narrativa. Doravante, devemos, portanto, estar atentos à modelização retórica, explorando o campo constituído pelas relações que se estabelecem entre o objeto, as intenções do autor, a linguagem, os procedimentos literários, as formas de compreensão e expectativas dos leitores, além das disposições morais e da auto-representação, aspectos que têm sido por demais enfatizados, quer por sociólogos e historiadores (A. C. Danto, M. de Certeau, P. Bourdieu, R. Darnton e R. Chartier) quer ainda por teóricos da Literatura como Jauss, para apenas retermos os mais influentes.

Igualmente, reconhecemos que os acontecimentos históricos jamais nos são dados de imediato à nossa presença enquanto “coisas”, “objetos” ou “entidades”, mas sempre como algo mediatizado pelo discurso ou melhor, pelas diferentes formas discursivas, incluindo aquelas que estão para além das expressões verbais, como as iconográficas, imagéticas, gestuais ou simbólicas. Desta forma, os eventos, as estruturas e os processos constitutivos do passado não podem ser entendidos enquanto entidades separadas/divorciadas das formas de representação documental, das apropriações conceituais e políticas bem como dos específicos discursos históricos pelos quais são construídos.

Cientes do caráter discursivo do social, debruçamo-nos sobre as mais diferentes formas de linguagem, partindo do pressuposto que elas só adquirem significado e autoridade dentro de lugares sociais e históricos, pois se as estruturas lingüísticas estruturam a sociedade, esta, por sua vez, estrutura as linguagens.

Um pouco à maneira de um último considerando, creio que não devemos perder jamais de vista o fato de que seja qual for a apropriação

que façamos de teorias, de conceitos operatórios, de abordagens, de métodos e de técnicas já utilizadas em outras disciplinas, ela deverá ser sempre submetida ao crivo das exigências próprias ao ofício de historiadores.

Nosso conhecimento não deve estar subserviente às demandas do presente, exclusivamente enredado no aqui e agora, posto que investe na mudança, no devir. Tampouco pode perder o contato com as questões sociais e políticas que ocorrem nas sociedades, pois mesmo quando nos debruçamos sobre os textos (documentos) para deles extrair sentido (ler signos) ou identificar uma prática retórica, necessariamente temos de nos ater a conteúdos, julgar acerca de sua representatividade numa dada sociedade, articulando/relacionando os discursos às respectivas práticas sociais.

A história é tanto o conhecimento do passado quanto do presente e do futuro das sociedades. É um saber que interessa sobremaneira à sociedade, pois dele se esperam respostas possíveis capazes de orientar os homens nas escolhas a serem feitas no presente, a partir do reconhecimento das experiências passadas, encorajando-os ao debate público com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Como disse um dia W. Benjamin o historiador verdadeiramente crítico deverá ter como tarefa principal “quebrar a tirania do presente pela anamnese”.

Mais recentemente, em 1992, Harvey J. Kaye em sua obra *The Powers of the Past. Reflections on the Crisis and the Promise of History*, afirmaria que a *imaginação histórica*, ao contrário do entendimento postulado pelos pós-modernos, é a capacidade de compreender que o presente é história, não seu fim ou seu futuro, pois é através dela que o historiador não só consegue estar atento à estrutura, ao movimento e às possibilidades oferecidas pelo mundo contemporâneo, como também encontrar subsídios para agir contra a barbárie, promovendo novas formas de humanismo.

Bibliografia

ANKERSMIT, F. R. “Historiography and Postmodernism” in *History and Theory*, 28, 1989.

APPLEBY, J., HUNT, L. & JACOB, M. *Telling the Truth about History*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1994.

BENNETT, T. *Outside Literature*. London: Routledge, 1991.

- DANTO, Arthur C. *Historia y Narración*. Barcelona/Buenos Aires: Ed. Paidós, 1989.
- HARVEY, D., *The Condition of Posmodernity*. Oxford: Blackwell, 1993. (Existe tradução da Editora Loyola).
- JENKINS, K. *On "What is History?"*. London/New York: Routledge, 1995.
- KAYE, Harvey J. *The Powers of the Past*. Reflections on the Crisis and the Promise of History. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- LASCH, C. *Culture of Narcisism*. New York: Columbia University Press, 1978.
- LLOYD, C. *The Structures of History*. Oxford: Backwell, 1993. (Existe tradução da Editora Jorge Zahar).
- LOWENTHAL, D., *Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- MEGILL, A. "Fragmentation and the Future of Historiography" in *American Historical Review*, vol. 96, 3, June 1991.
- SAMUEL, R. "Reading the Signs I" in *History Workshop*. Issue 32, Autumn 1991.
- _____ "Reading the Signs II" in *History Workshop*. Issue 33, Spring 1992.